

1 Aos 19 (dezenove) dias mês de maio de 2022, às 08h30, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
2 São Francisco (CBHSF) reuniram-se na Associação Comercial de Ouro Preto, situada na Rua São José, nº 132 –
3 Ouro Preto/MG, para participarem da XLIII Reunião Plenária Ordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes**
4 **membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães – Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Heloísa
5 Cristina França Cavalierri – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito (SAAE Itabirito); Lúcio Landim
6 Fonseca – Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA); Marcelo André Ramos Guimarães de Oliveira –
7 Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA); Deivid Lucas de Oliveira – Federação das Indústrias do
8 Estado de Minas Gerais (FIEMG); João Carlos de Melo – Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Jadir Silva de
9 Oliveira – Associação das Indústrias de Sucreenergéticas do Estado de Minas Gerais; Rafael Araújo de Souza
10 Coelho – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE); Adson Roberto Ribeiro – Associação de
11 Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais (Irriganor); Anna Priscila Camargo Dias – Distrito de
12 Irrigação do Jaíba II; Cláudio Ademar da Silva – Piscicultura Itaparica Ltda; Ednaldo de Castro Campos –
13 Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte (AFAF); José Bonifácio Valgueiro de Carvalho – Associação de
14 Produtores do Perímetro Irrigado de Propriá; Vilma Martins Veloso – Federação dos Pescadores Artesanais e
15 Aquicultores de Minas Gerais (FEPAMG); Roberto Rivelino de Souza Rocha – Antônio Paiva dos Santos, Pessoa
16 Física (pesca); José Maciel Nunes de Oliveira – Colônia de Pescadores Z-12; Renato Junio Constâncio –
17 Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Altino Rodrigues Neto – Associação de Desenvolvimento Artes
18 de Ofício (ADAO); Marcus Vinícius Polignano – Instituto Guaicuy; Ronald de Carvalho Guerra – Associação
19 Quadrilátero das Águas (AQUA); Elias da Silva – Associação de Desenvolvimento Sustentável; Rosa Cecília Lima
20 Santos – Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente (OSCATMA); Vanderli de Carvalho
21 Barbosa – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das Velhas (AMEV); Almacks Luiz Silva -
22 Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; Márcio Tadeu Pedrosa – Associação Brasileira de
23 Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES MG); Pedro de Araújo Lessa - Conselho Regional de Engenharia e
24 Agronomia Sergipe (CREA); Manoel Uilton dos Santos – Tuxá BA; Denys Henrique de Andrade Santiago –
25 Prefeitura Municipal de Paracatu MG; Humberto Fernando Martins Marques – Prefeitura Municipal de Belo
26 Horizonte MG; Elísio Marinho dos Santos Neto – Prefeitura Municipal de Gararu SE; Suzana Maria Gico Lima
27 Montenegro – Agência Pernambucana de Água e Clima (APAC); Ubirajara Rodrigues por Ailton Francisco da
28 Rocha – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS SE); Gustavo Antônio
29 Carneiro – Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA DF) e Wilson
30 Rodrigues de Melo Júnior – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Participaram os seguintes**
31 **membros suplentes:** Viviane Francis Silva Correia – Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) (no exercício
32 da titularidade); Túlio Pereira de Sá - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Carlos
33 Vanderlei Leite Pinheiro – Rota das Águas Velho Chico (no exercício da titularidade); Maria Cícera Bezerra de
34 Lacerda – Colônia de Pescadores Z-39 (no exercício da titularidade); Sonáli Cavalcanti Oliveira – Companhia
35 Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) (no exercício da titularidade); Hilda de Paiva Bicalho – Movimento
36 Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté (MACACA) (no exercício da titularidade); Rita Paula dos Santos Ferreira
37 – Associação Aroeira (no exercício da titularidade); Adelson Toledo de Almeida – Associação dos Municípios da
38 Bacia do Médio São Francisco (AMMESF); Josias Gomes Ribeiro Filho – Conselho Regional de Engenharia e
39 Agronomia de Minas Gerais/CREA MG; Luiz Roberto Porto Farias – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB –
40 secção Alagoas) (no exercício da titularidade); Francisco de Assis Gonzaga da Silva – Prefeitura Municipal de
41 Ouro Preto MG; Antônio Jackson Borges Lima – Prefeitura Municipal de São Brás AL (no exercício da
42 titularidade); Marcelo da Fonseca – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) (no exercício da titularidade);
43 Laryssa Cayres de Souza – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – (SEMA BA) (no exercício da
44 titularidade) e Athadeu Ferreira da Silva – Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
45 Parnaíba (CODEVASF). **Participaram também:** Manoel Vieira de Araújo Júnior, Rúbia Mansur, Sâmela Ingrid,
46 Célia Fróes, Flávia Mendes, Thiago Campos, Ohany Ferreira, Jacqueline Fonseca, Daniel de Brito e Vitória de

47 Araújo – Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (APV); Fabíola Nonato – Prefeitura Municipal de Itabirito;
48 Tobias Pinto Vieira – coordenador CTOC/CBHSF; Candice Garcia e Lucas Wolff – RHA Engenharia; Douglas
49 Falcão Wanderley – CHESF; Poliana Aparecida Valgas de Carvalho – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das
50 Velhas (CBH Rio das Velhas); Mayara Marques – SAAE; Yvonilde Dantas Pinto Medeiros e Rodrigo Saldanha –
51 Universidade Federal da Bahia (UFBA); Ângelo Lima – Observatório Governança das Águas; José Almir Cirilo –
52 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenador da CTAS/CBHSF; Pedro Rodrigues – PMOP;
53 Emerson Soares – Universidade Federal de Alagoas (UFAL); José Gomes de Assis – Associação Carta de
54 Morrinhos; Nádia Nunes e Nádja Apolinário – Secretaria de Meio Ambiente de Ouro Preto; Lessandro Costa;
55 Euclides Dayvid, Karen Castelli e Jeam Marcel – FUNDEP; Marcelino de Castro – Jornal Diário de Ouro Preto;
56 Alexandre Carvalho – Consórcio Ecoplan Skill; Leonardo Mitre – ENGECORPS; Juliana Barcelos – PUC MG; Pedro
57 Cordeiro e Paulo dos Santos – SENAI. A reunião foi transmitida ao vivo no canal do CBHSF no *youtube*. O
58 cerimonial dá as boas-vindas a todos (as), ressalta as belezas e a história de Ouro Preto e de Minas Gerais;
59 apresenta o tema da reunião “Em Defesa da Lei das Águas” e a pauta a ser tratada. Na sequência, convida para
60 compor a mesa o presidente do CBHSF, José Maciel Nunes de Oliveira; o prefeito de Ouro Preto, Ângelo
61 Oswaldo; o diretor do Igam, Marcelo da Fonseca; o representante do MDR, Wilson Rodrigues de Melo Júnior; a
62 presidenta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), Poliana Aparecida Valgas
63 de Carvalho; o vice-presidente do CBHSF, Marcus Vinícius Polignano; o secretário do CBHSF, Almacks Luiz Silva
64 e o coordenador da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Alto São Francisco, Altino Rodrigues Neto. Registra
65 ainda a presença do secretário de meio ambiente de Ouro Preto, Francisco de Assis Gonzaga (Chiquinho de
66 Assis) e da presidenta da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), Suzana Montenegro. Em seguida é
67 executado o hino nacional brasileiro e concedida a palavra aos componentes da mesa. A presidenta do CBH rio
68 das Velhas dá boas-vindas aos presentes manifestando alegria em receber a plenária do CBHSF na cidade que
69 abriga a nascente do Rio das Velhas. O Diretor Geral do Igam reafirma o compromisso do Sistema Estadual de
70 Meio Ambiente e Recursos Hídricos em avançar com a gestão das águas em Minas Gerais, além da
71 consolidação da parceria pela bacia do São Francisco. O Prefeito Municipal de Ouro Preto saúda a todos
72 destacando a importância da união em defesa do São Francisco, do Rio das Velhas e de todos os rios do Brasil.
73 O vice-presidente do CBHSF fala que a plenária irá tratar de assuntos críticos e importantes a qualidade dos
74 rios. Diz que o Comitê não pode se omitir de dar opinião sobre os temas que afetam as águas. Destaca a
75 necessidade de se ter rios vivos e correntes e manifesta-se radicalmente contra qualquer alteração na Serra do
76 Curral, ressaltando que os interesses econômicos devem ser validados pela sociedade e equilibrados pela visão
77 ambiental. Wilson Rodrigues Júnior explica que a reforma administrativa de 2019 unificou várias políticas
78 públicas voltadas para a gestão de águas em uma única pasta governamental. Diz que o MDR discute de forma
79 integrada a política de desenvolvimento regional; de saneamento; de irrigação; de defesa civil; de mobilidade
80 urbana e de recursos hídricos. Comenta sobre as ações e projetos que o Ministério vem desenvolvendo como
81 marco de saneamento; o investimento na revitalização de bacias hidrográficas e o programa Águas Brasileiras.
82 Conclui que o projeto de lei nº 4546 ativou um debate e como resultado haverá o avanço em um projeto de lei
83 que faça sentido para a política de recursos hídricos, dando sustentabilidade para os investimentos e
84 infraestrutura hídrica nacional. O presidente do CBHSF abre oficialmente a XLIII Reunião Plenária Ordinária do
85 CBHSF; reitera os cumprimentos a todos (as), em especial a Lessandro Costa, ex-secretário do CBHSF; aos
86 coordenadores das CCRs Cláudio Ademar (submédio SF), Ednaldo Campos (médio SF), Rosa Cecília
87 (representando o coordenador da CCR Baixo SF) e Altino Rodrigues Neto (Alto SF). Fala que pretende se
88 aproximar da presidenta do CBH Rio das Velhas para a execução de ações conjuntas entre os Comitês.
89 Cumprimenta o Diretor Geral do Igam destacando que o CBHSF já investiu aproximadamente 20 milhões de
90 reais na bacia do rio São Francisco em Minas Gerais. No entanto, diz que é necessário contabilizar também o
91 que vem sendo executado em outras esferas, de forma a identificar o grau de implementação do plano da
92 bacia. Agradece a recepção do Prefeito e do Secretário do Meio Ambiente de Ouro Preto e a presença de

93 Wilson de Melo Júnior, mencionando a importância do diálogo do governo federal com o Comitê. Na sequência
94 passa para os informes: 1. Considerando a renovação de parte dos membros das Câmaras Técnicas (CT) do
95 CBHSF foi realizada uma **Capacitação** de 2 dias em Recife/PE que contou com alinhamentos em relação à
96 estrutura do CBH, atribuições de cada Câmara Técnica; sistema de gerenciamento de recursos hídricos; lei nº
97 9433, dentre outros assuntos. Dando continuidade, Maciel Oliveira comenta que foi realizada uma **reunião**
98 **entre a Diretoria do CBHSF, da Agência Peixe Vivo e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico**
99 **(ANA)** na qual foram apresentadas as ações e os projetos executados e em execução pelo Comitê e solicitado
100 apoio para os municípios que já possuem plano de saneamento na identificação de fontes de recurso e
101 financiamento para execução dos mesmos. 3. Em relação às **vazões do São Francisco**, o presidente fala que o
102 CBHSF participa das reuniões da sala de situação da ANA em que foi discutida e aprovada uma resolução que
103 orienta pela reservação de água em determinados momentos e picos de vazão em outros com o objetivo de
104 permitir a reprodução dos peixes e a renovação das águas do rio. 4. Ato contínuo, Maciel Oliveira diz que até
105 10/06 estão abertas as inscrições para o **IV Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco** que será
106 realizado em Belo Horizonte no período de 14 a 16/09/2022. 5. Concluindo os informes, o presidente faz o
107 lançamento oficial da **Coleção Velho Chico**. Diz que os livros estão sendo distribuídos para os presentes e
108 também estão disponíveis na plataforma ISSUU do CBHSF (acesso pode ser feito pelo site do comitê).
109 Novamente com a palavra, o prefeito de Ouro Preto oferece uma imagem de São Francisco de Assis
110 confeccionada em pedra sabão para o membro do CBHSF Antônio Jackson Borges Lima, responsável pelo
111 Museu Ambiental Casa do Velho Chico. A mesa é desfeita e o cantor, compositor, artista plástico, ativista e
112 morador do distrito de São Bartolomeu, Willian Bontempo, realiza uma apresentação de boas-vindas. O artista
113 agradece a oportunidade de estreitar os laços entre a arte, a militância e a governança das águas. Em seguida,
114 o secretário do CBHSF, Almacks Silva, coloca em votação e aprovação a **ata da XLII Plenária Ordinária e da**
115 **XXVI Plenária Extraordinária do CBHSF** realizadas nos dias 09 e 10 de dezembro de 2021 em Salvador/BA. As
116 atas são aprovadas com correções sugeridas por Sonáli Cavalcanti e abstenção da representante do SAAE
117 Itabirito. Na sequência é colocada em análise e aprovação a **Deliberação CBHSF Ad referendum nº 132/2022**
118 **que “constitui grupo com a finalidade de realizar o acompanhamento do Contrato de Gestão (CG) nº**
119 **28/ANA/2020, firmado entre ANA, CBHSF e a Agência Peixe Vivo”**. Rúbia Mansur, Gerente de Integração da
120 Agência Peixe Vivo, contextualiza que foi necessário ajustar o número do contrato de gestão na Deliberação de
121 criação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG), passando de 014/2010 para 028/2020.
122 Explica que a composição do grupo foi mantida, sendo um representante de cada CCR e um indicado pela
123 Diretoria Executiva (DIREX) do CBH. Fala ainda, que os termos da Deliberação se mantêm e o *ad referendum* foi
124 assinado para cumprir os prazos estabelecidos pela ANA. Sem objeções a Deliberação Normativa (DN) é
125 referendada por unanimidade. Dando continuidade é apresentada a **Deliberação que “aprova o Relatório**
126 **Anual de Atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – exercício 2021”**. Rúbia Mansur
127 explica que atendendo aos termos do CG nº 028/2020 e à Resolução nº 109/2010 do Conselho Nacional de
128 Recursos Hídricos (CNRH) a Agência Peixe Vivo minutou o relatório anual de atividades do CBHSF que foi
129 avaliado pela Diretoria do Comitê. Diz que o relatório apresenta as pautas, resumo dos encaminhamentos das
130 instâncias do CBH e especialmente em 2021 faz menção ao processo eleitoral. Em votação, a DN que aprova o
131 Relatório Anual de Atividades do CBHSF do exercício de 2021 foi aprovada por unanimidade e será enviada
132 para a ANA e para o CNRH. Ato contínuo, os representantes da RHA Engenharia, Candice Garcia e Lucas Wollf, e
133 a coordenadora técnica da Agência Peixe Vivo, Flávia Mendes, são convidados a realizar uma **apresentação do**
134 **estudo técnico a partir de diagnóstico de barragens de rejeitos minerários e industriais existentes na bacia**
135 **hidrográfica do rio São Francisco**. Flávia Mendes explica que a RHA Engenharia e Consultoria foi contratada por
136 meio de processo licitatório para realizar o estudo em questão no prazo de 5 meses. Apresenta o cronograma e
137 os produtos/serviços que estão sendo entregues, a saber: produto 1 – aspectos legais e normativos vinculados
138 a segurança de barragens; produto 2 - levantamento e caracterização das barragens de rejeitos existentes na

139 bacia do rio São Francisco e elaboração de mapas temáticos; produto 3 – modelagem espacial das manchas de
140 inundação das principais barragens de rejeitos; produto 4 – construção do banco de dados espaciais para
141 inclusão no SIGA SF e produto 5 – apresentação final. Com a palavra, Candice Garcia apresenta brevemente o
142 âmbito de atuação da RHA Engenharia e Consultoria e diz que o modelo simplificado utilizado no estudo para
143 simular a ruptura das barragens de rejeitos traz uma visão conservadora a respeito da mancha, mas permite
144 visualizar o quão danosa a ruptura seria para os compartimentos ambientais e para o próprio rio, além do risco
145 de desabastecimento das populações. Lucas Wolff fala que as principais formas de barramento de rejeitos se
146 iniciam com uma barragem menor e conforme progride a exploração mineral ou industrial é feito o alteamento
147 para aumentar a capacidade de carga da barragem. Diz que o alteamento pode ser realizado com diversos tipos
148 de solos, desde que ele seja resistente e apresente baixa expansividade para resistir aos esforços. Apresenta o
149 modelo de alteamento que foi proibido, tendo em vista o alto grau de incerteza com relação ao material de
150 base (feito em cima do próprio rejeito). Em relação ao produto 1 do estudo, comenta que o levantamento
151 realizado é extenso e destaca a lei mineira “mar de lama nunca mais” que ficou mais rigorosa do que a
152 legislação nacional em alguns aspectos. Em relação à classificação das barragens em categoria de riscos (CR) e
153 dano potencial associado (DPA) diz que os critérios levam em consideração as barragens de água e não as de
154 rejeitos, desconsiderando parâmetros importantes vinculados principalmente à contaminação. Fala que a lei de
155 segurança de barragens não considera a legislação de recursos hídricos e o plano nacional de recursos hídricos.
156 Candice Garcia complementa que a parte que trata dos contaminantes fica restrita ao licenciamento ambiental
157 e a lei de segurança de barragens não a vê como um risco associado. Retomando a palavra, Lucas Wolff inicia a
158 apresentação do Produto 2 que se refere a produção dos mapas temáticos de barragens de água e rejeitos na
159 bacia do rio São Francisco. Apresenta um mapa da concentração de barragens por DPA vs CR ao redor de Belo
160 Horizonte (região do Alto SF). Fala que muitas das barragens com dano potencial associado alto também
161 possuem categoria de risco alta. Candice Garcia explica que o dano potencial está associado ao risco colocado
162 em determinada população e categoria de risco está associada às características das barragens em si. Destaca
163 que se os dois parâmetros são altos a barragem é grande, alta e possui uma população próxima que pode ser
164 diretamente afetada por uma eventual ruptura. O mesmo mapa temático é apresentado para as demais
165 regiões fisiográficas da bacia. Lucas Wolff comenta que existem barragens na bacia para as quais não se
166 conhece os dados para avaliação da categoria de risco e dano potencial associado. Continua demonstrando os
167 mapas temáticos por capacidade de reservação de rejeitos ou água e o *dashboard* desenvolvido em *Power BI*
168 para manuseio dos filtros. Explica que a determinação da mancha foi realizada pelo método simplificado,
169 desenvolvido pela Faculdade de Portugal, que possibilita de forma rápida e ágil o tratamento de mancha de
170 inundação para barragens de água. Menciona as barragens escolhidas para que fossem feitas as manchas de
171 inundação: Santo Antônio e Eustáquio em Paracatu/MG; Maravilhas II em Itabirito/MG; Casa de Pedra em
172 Congonhas/MG e Forquilha II em Ouro Preto/MG. Explica como os dados são obtidos e como a análise é
173 realizada. Fala que os dados do estudo foram comparados com o plano de segurança de barragens dos
174 empreendedores e no caso da Casa de Pedra e Eustáquio os resultados foram similares. No entanto, destaca
175 que o método simplificado é mais conservador, pois foi desenvolvido para barragens de água que possui um
176 espalhamento maior da inundação. Complementa que o método apresenta limitações, como por exemplo, não
177 considerar ruptura em cascata, sendo esse o motivo pelo qual a mancha de inundação de Forquilha II não foi
178 maior. Diz que a limitação se aplica também a barragens fora do nível do curso d’água. Em contrapartida,
179 Candice Garcia fala da vantagem do uso do método simplificado para os casos em que se busca identificar o
180 alcance de um acidente sem uma análise muito detalhada. Reitera que a análise é conservadora e que no caso
181 dos rejeitos o alcance do dano é maior devido aos contaminantes. Lucas Wolff fala que os dados serão incluídos
182 no SIGA São Francisco e apresenta as conclusões do estudo: 1 – a evolução dos aspectos legais vinculados à
183 segurança de barragens é pouco calcada na ciência e sim nos acidentes; 2 - é importante que se comece a
184 exigir uma documentação mínima para controle e fiscalização das barragens, salientando a existência de

185 barragens de rejeitos e água, cuja localização é conhecida, mas não existe classificação ou dados suficientes
186 para análise; 3 - é importante a exigência da disponibilização automatizada das informações do monitoramento
187 da instrumentação e das inspeções, com acesso irrestrito pelos órgãos fiscalizadores e pela defesa civil; 4 - a
188 maior parte das barragens de rejeitos está localizada no Alto São Francisco; 5 - a maior parte das barragens de
189 acúmulo de água e seus diversos usos encontram-se concentradas no Baixo São Francisco. Ressalta que em
190 caso de acidentes com as barragens de rejeitos do Alto São Francisco, as barragens de acúmulo de água podem
191 ser diretamente afetadas; 6 - O entendimento das diferenças entre o método simplificado e os métodos
192 convencionais aplicados para a determinação das manchas de inundação é fundamental para fornecer uma
193 ferramenta de estimativa para os órgãos fiscalizadores, oportunizando a conferência e demonstração dos
194 efeitos de cada barragem ao empreendedor; o entendimento por todos os envolvidos de como podem ser
195 afetados em caso de acidentes e quais providências a serem tomadas preventivamente ou emergencialmente.
196 Lucas Wolff agradece a oportunidade e coloca-se à disposição para esclarecimentos. Almacks Silva registra a
197 homenagem ao professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Carlos Henrique Medeiros, mencionado
198 como referência no trabalho apresentado pela RHA. Na sequência, abre a palavra para os inscritos. Antônio
199 Jackson Lima pergunta se o estudo detectou barragens com risco de rompimento na bacia e Candice Garcia
200 responde que o objetivo do estudo foi observar as categorias de classificação das barragens tal como elas se
201 apresentam no cadastro nacional e partir de aí inferir o que seria uma possível mancha de inundação caso
202 houvesse uma ruptura. Foi combinado que os palestrantes responderão após blocos de 3 perguntas. Ronald
203 Guerra fala que no âmbito dos Comitês discute-se muito o processo de barramento no campo do
204 conhecimento técnico, mas fala-se pouco do sofrimento das pessoas que vivem no entorno das barragens. Elias
205 da Silva pergunta se foi identificada no estudo a classificação físico-química dos rejeitos. Humberto Marques
206 pergunta se é possível manter um filtro específico no *dashboard* desenvolvido pela RHA para as barragens que
207 impactam diretamente o reservatório de Bela Fama, principal responsável pelo fornecimento de água para a
208 região metropolitana de Belo Horizonte. Candice Garcia explica que pela utilização do método simplificado não
209 se avaliou as características dos rejeitos, mas deixa o alerta que por estarem as barragens com rejeitos
210 potencialmente contaminantes na cabeceira do São Francisco, o dano, se ocorrer, pode se estender para além
211 da mancha. Com relação ao *dashboard*, fala que para ser possível disponibilizar esse tipo de cenário seria
212 preciso fazer o estudo de todas as barragens da região e o projeto em questão tinha como referência as 5
213 maiores barragens da bacia. Thiago Campos diz que o estudo apresenta um conjunto de informações
214 relevantes para o Comitê. Comenta que o método simplificado, eximidas as limitações, apresentou resultados
215 bons e aplicáveis e pergunta se seria oportuno utilizá-lo para obter informações sobre os empreendimentos
216 cujas informações não são conhecidas. Hilda Bicalho menciona as consequências do rompimento da barragem
217 da Samarco que atingiu o rio Doce e que se estendem anos após o ocorrido. Entende que o Comitê precisa se
218 envolver mais e cobrar do poder público maior responsabilidade com licenciamentos para ampliação de
219 atividades, autorizações para alteamentos e novos barramentos. Lucas Wolff, respondendo a Thiago Campos,
220 fala que a ANA já utilizou o método simplificado em mais de 200 barragens de água e a partir disso selecionou
221 barragens cuja mancha de inundação atingia os centros urbanos. Destaca que em alguns casos não se tem
222 documentação primária dos empreendimentos e o método simplificado permite que sejam avaliados riscos
223 associados a barragens apenas com informações via satélite. Almacks Silva pergunta se a mancha identificada
224 pelo método simplificado considera as pessoas que estão na zona secundária de salvamento e Candice Garcia
225 responde que o método apresenta uma abrangência total da mancha, não permitindo a diferenciação entre a
226 zona de autossalvamento e as zonas secundárias. Rodrigo Saldanha pergunta se o método simplificado simula
227 rompimento total ou parcial e se o tipo de material da barragem interfere na mancha, destacando o resíduo
228 industrial. Lucas Wolff responde que o método considera ruptura total, traçando uma equação empírica para
229 relacionar a capacidade de acumulação com o atingimento da mancha, ou seja, o tipo de resíduo é indiferente.
230 Encerrando o debate, o vice-presidente do CBHSF comenta que esse tipo de estudo é muito importante e

231 destaca que no caso de um rompimento de barragem na região do Alto São Francisco haverá danos na bacia
232 como um todo. Propõe que o Comitê faça recomendações ao Estado e à Agência Nacional de Mineração (ANM)
233 para que haja mais rigor na fiscalização dos empreendimentos minerários, além de cobrar maior transparência
234 dos dados. Diz que é papel do Comitê alertar sobre os riscos da instalação de barragens de rejeitos,
235 principalmente nas áreas mais adensadas. Finalmente, o presidente do CBHSF agradece a empresa pela
236 apresentação e diz que o Comitê irá se aprofundar mais no assunto e trabalhar nos encaminhamentos
237 propostos pelo vice-presidente. Após o intervalo do almoço, é montada **mesa redonda para debate do Projeto**
238 **de Lei (PL) nº 4546/2021** que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização
239 da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera as Leis nº 9.433/97 e 9.984/20. Marcus Polignano
240 diz que uma das questões que mais afeta as bacias hidrográficas são as políticas de Estado e que diante de
241 todas as discussões envolvendo o PL nº 4546/2021, a DIREX do CBHSF tomou a decisão de criar um Grupo de
242 Trabalho (GT) para aprofundar o tema e fortalecer a posição do Comitê frente aos desdobramentos desse
243 projeto de lei que está tramitando na Câmara Federal. Convida Larissa Cayres, Ângelo Lima e Yvonilde
244 Medeiros para compor a mesa. Larissa Cayres inicia sua explanação reconhecendo o trabalho de Wilson
245 Rodrigues Júnior e equipe e ressalta que o que será apresentado é fruto de sua experiência, pesquisa e
246 preocupação que a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) espelhe a vontade e necessidade da
247 sociedade. Destaca que foi surpreendida com o fato de o projeto de lei ter sido enviado para a Câmara Federal
248 sem prévia discussão com os entes que integram o sistema de recursos hídricos. Apresenta seus comentários
249 sobre cada um dos capítulos destacando que não identificou no texto do PL integração entre Política Nacional
250 de Infraestrutura Hídrica com a gestão de recursos hídricos. Continua falando que os conteúdos de alguns dos
251 instrumentos propostos pela Política Infraestrutura Hídrica coincidem com o que já consta nos planos de
252 recursos hídricos, podendo haver diversos “sombreamentos” caso o PL seja aprovado. Diz que a Política de
253 Infraestrutura menciona como diretriz a participação social, no entanto, entra em contradição quando define
254 que os instrumentos de planejamento serão elaborados por um único órgão (MDR). Traz uma série de
255 preocupações vinculadas aos capítulos 3 e 4 que apresentam a exploração do serviço hídrico público ou
256 privado. Explica que o PL prevê que os conflitos entre o operador de recursos hídricos e os usuários de recursos
257 hídricos serão dirimidos pela entidade reguladora e não pelos Comitês, como prevê a lei nº 9433/97. Diz que
258 suas principais preocupações apareceram no capítulo 6 que trata das disposições finais e transitórias. Fala que
259 o PL propõe a criação de mais um instrumento de gestão que é a cessão onerosa de direito de uso de recursos
260 hídricos. Após estudos e pesquisas entendeu que se trata de mercado de água. Fala que as outorgas
261 geralmente são emitidas em vazões superiores às que de fato serão praticadas e a cessão onerosa permite que
262 o usuário outorgado possa negociar o excedente com outro usuário dentro da mesma bacia. Entende que essa
263 prática pode intensificar os conflitos pela água. Comenta que o semiárido nordestino apresenta uma realidade
264 de desigualdade enorme para acesso à água e o instrumento pode torná-las ainda maior. Preocupa-se com a
265 forma de tratamento dos usuários de pouca expressão isentos de outorga. Além disso, entende que a cessão
266 onerosa de direito de uso de recursos hídricos cria mais uma condição para suspensão de outorga e questiona
267 como serão tratadas suspensões de outorgas negociadas. Menciona a instituição da cobrança transitória e
268 explica que nas situações em que os CBHs não apresentem ao Conselho os mecanismos e valores para a
269 cobrança pelo uso da água ou em casos de inexistência de CBH, o CNRH pode instituir a cobrança transitória.
270 Fala que existe ainda a proposta de permitir que as funções de agência de bacia sejam prestadas por entidades
271 com características e naturezas jurídicas diversas contratadas por meio de licitação. Conclui que a lei nº
272 9433/97 precisa ser aprimorada, mas entende que o que está sendo proposto não é o melhor caminho. Na
273 sequência, Ângelo Lima inicia sua apresentação posicionando-se contrário ao PL nº 4546/2021 por entender
274 que ele não contribui para o aperfeiçoamento e implementação da política de recursos hídricos. Destaca que a
275 devastação da Amazônia; o aumento da temperatura média da Terra; a falta de acesso à água e de coleta de
276 esgoto e o aumento dos conflitos pelo uso da água demonstram a necessidade cada vez maior da gestão das

277 águas se integrar com outras políticas públicas. Fala que a lei nº 9433/97 foi uma conquista da sociedade
278 brasileira, considerando o caráter participativo de sua construção e que no caso do PL optou-se em tramitar
279 diretamente no Congresso sem ouvir os atores que atuam na gestão das águas. Apresenta um gráfico com
280 dados que mostram que após a publicação da lei nº 9433/97 aumentou-se o número de comitês de bacias
281 hidrográficas no Brasil. Na sequência, expõe um compilado de manifestações, debates e preocupações em
282 relação PL vindos de várias instituições/entidades, como o próprio CBHSF e a Comissão Nacional da Irrigação
283 (CNA). Apresenta uma Nota Técnica produzida por profissionais do Observatório das Águas ressaltando que o
284 PL descaracteriza o principal fundamento da lei nº 9443/97 ao não enfatizar que a água é um bem de domínio
285 público e não reforçar os usos prioritários estabelecidos na legislação vigente. Por fim, faz um resumo das
286 principais críticas ao PL: 1 - visa privatizar o uso da água; 2 - não promove a integração da gestão de recursos
287 hídricos com a gestão ambiental; 3 - centraliza a gestão da água; 4 - inviabiliza o funcionamento dos
288 instrumentos de gestão dos recursos hídricos ao inserir a cessão onerosa; 5 - enfraquece os comitês de bacias
289 hidrográficas e os conselhos de recursos hídricos; 6 - limita infraestrutura hídrica a obras; 7 - reduz o
290 planejamento e trata apenas da concessão de serviços; 8 - desvirtua e desconfigura a outorga de uso da água; 9
291 - não trata das mudanças climáticas e 10 - não se utiliza de soluções baseadas na natureza. Dando continuidade
292 a palavra é franqueada a professora Yvonilde Medeiros que questiona como um bem público (água) pode virar
293 mercadoria. A seu ver o PL busca resolver o problema da sustentabilidade financeira da infraestrutura hídrica e
294 sugere que antes de se pensar em mercado de água deve-se melhorar a regulação de água, pautada na
295 fiscalização e no monitoramento. Menciona questões discutidas anteriormente sobre segurança de barragens,
296 que acredita também estarem relacionadas à ausência de regulação. Acha necessário retirar o PL do Congresso
297 e inseri-lo no sistema para a busca de solução coletiva que considere tudo o que já foi construído desde a
298 publicação da lei nº 9433/97. Dando continuidade, o coordenador do GT, Luiz Roberto Porto Farias, resume
299 como esse assunto foi tratado no âmbito do CBHSF. Fala que o projeto foi encaminhado ao Congresso em
300 dezembro de 2021 e logo em seguida a Diretoria do Comitê editou uma resolução constituindo um GT para
301 discussão técnica e jurídica do conteúdo do PL. Explica que o GT foi criado em janeiro de 2022 e concluiu seus
302 trabalhos em maio, ressaltando que durante esse período foram feitas várias reuniões; consultados
303 especialistas prós e contras o projeto e organizado um seminário virtual. Fala que o GT emitiu um parecer final
304 que será encaminhado inicialmente a Diretoria Colegiada (DIREC) do CBH e posteriormente ao Plenário,
305 orientando pela rejeição do PL, tendo em vista as inconsistências técnicas e jurídicas identificadas. Fala que,
306 além disso, a Diretoria do Comitê esteve na Câmara dos Deputados para dialogar a respeito da matéria e
307 buscar o apoio institucional para impedir a aprovação precoce do PL. Finaliza reiterando que o CBHSF já emitiu
308 uma nota pública criticando principalmente o envio do PL para a Câmara, sem considerar os atores do sistema
309 nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Antes de abrir a palavra, o vice-presidente do CBHSF chama a
310 atenção para a falta de comprometimento com o sistema hoje em vigor. Reforça que os CBHs não foram
311 chamados ao debate, muito embora tenham capacidade técnica para isso. Participam do debate Pedro Lessa,
312 Rodrigo Saldanha, Cláudio Ademar, Antônio Jackson Lima, Rafael Araújo, Marcelo André de Oliveira e Hilda
313 Bicalho. Cláudio Ademar menciona um exemplo que demonstra que o mercado de água já é uma realidade em
314 sua região. Almacks Silva diz que além dos pontos levantados pelo GT, o PL traz a possibilidade de o governo
315 terceirizar a fiscalização de barragens. Antônio Jackson propõe que o Comitê realize uma plenária em Brasília
316 para que os conselheiros busquem aliados no parlamento. Levanta ainda a hipótese de tentar impedir a
317 aprovação do PL via Supremo Tribunal Federal (STF). Rafael Araújo diz que como empresário se sente
318 desrespeitado com alguns posicionamentos do Comitê. Ressalta que o CBH deveria estar aberto a avaliar todas
319 as possibilidades, respeitando os diversos segmentos que o compõem. Marcelo André de Oliveira comenta que
320 em 2020 foi aprovado o marco de saneamento com um conceito parecido com o marco hídrico. Fala do desafio
321 de conseguir manter tarifas módicas para quem precisa ter acesso a água. Pergunta se a cessão de outorga
322 pode afetar o preço da tarifa da água e se há alguma interligação entre o marco do saneamento, o marco

323 hídrico e o modal hidrelétrico. Marcus Polignano destaca que não se deve perder a oportunidade de construir
324 pontes e pautar soluções. Como exemplo, menciona que a cidade de Belo Horizonte só não entra em colapso
325 hídrico devido aos acordos realizados pelo grupo Convazão, criado no âmbito do CBH Rio das Velhas. Nelson
326 Cunha explica que grupo Convazão, composto por membros do Comitê, dos maiores usuários do Alto Velhas e
327 do órgão gestor Igam, é um exemplo prático da realidade da gestão de recursos hídricos. Fala que todos
328 entendem a importância de manter uma vazão mínima do rio e com esforço compartilhado os usuários
329 conseguem adiar uma situação de crise. Em relação ao PL, Nelson entende que é necessário realizar um estudo
330 de viabilidade financeira de forma mais detalhada. Wilson Rodrigues fala que o marco hídrico possui aplicações
331 claras para algumas regiões que não se aplicam a outras. Diz que o Comitê tem capacidade de debater os
332 problemas da bacia, mas que precisa ouvir o contraditório. A seu ver não houve imparcialidade para tentar
333 perceber o que o PL tem de bom. Entende ser importante que o Plenário escute as justificativas do MDR e que
334 após a apreciação do parecer do GT, será dado um posicionamento oficial. Completa que existe um problema
335 crítico a ser enfrentado sobre a ótica da infraestrutura hídrica que coloca em risco o abastecimento público das
336 cidades; o fornecimento e garantia de água para produções e para as populações. Entende que o Comitê está
337 sendo pouco propositivo e que é necessário observar no PL os pontos de convergência. Finaliza sua fala
338 manifestando preocupação com o fato de a Diretoria emitir uma nota em nome do Comitê sem ouvir o
339 plenário. Encerrando o debate, Marcus Polignano diz que o Comitê aguardou a abertura do MDR para discutir o
340 PL antes de ele ser levado ao Congresso. A seu ver a cessão onerosa da água não tem lógica e é
341 inconstitucional. Diz que o trabalho do GT será compartilhado para que os membros possam debater, ponderar
342 e fazer sugestões. A mesa é desfeita e passa-se para o próximo ponto de pauta: **apresentação do Projeto**
343 **Lagoas Marginais**. Com a palavra, Renato Constâncio inicia a apresentação intitulada Integridade Ecológica de
344 Lagoas Marginais do Rio São Francisco associada à Operação Otimizada da Usina Hidrelétrica de Três Marias.
345 Faz uma contextualização sobre o projeto que se iniciou com o Grupo Carta de Morrinhos provocando a Cemig
346 em 2015. Em 2016 o projeto foi apresentado aos membros da CCR Alto São Francisco e posteriormente às
347 diretorias da Agência Peixe Vivo e do CBHSF com a proposta de um acordo de cooperação técnica. O acordo foi
348 assinado em 2018 e em 2019 houve a publicação do ato convocatório. Explica que o processo foi judicializado e
349 por isso apenas em 2021 as atividades foram iniciadas. Completa que tendo em vista a envergadura do projeto
350 e o desafio para o alcance dos seus objetivos, foi pensada em uma articulação interinstitucional, envolvendo a
351 sociedade civil e o CBH. Diz que o objetivo do projeto é avaliar a integridade ecológica de lagoas marginais
352 consideradas como prioritárias para preservação da biodiversidade do rio São Francisco, associando com a
353 operação otimizada do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Três Marias no reabastecimento dessas lagoas,
354 ou seja, a intenção é tornar mais recorrente a possibilidade de comunicação das lagoas marginais com o rio São
355 Francisco, dando um melhor uso ecossistêmico da operação da UHE. Apresenta a área de estudo e os módulos
356 do projeto: módulo 1 - sistema de previsão hidrológica e hidrodinâmica como suporte à decisão operativa da
357 UHE Três Marias para restabelecimento de lagoas marginais no trecho mineiro da bacia do rio São Francisco;
358 módulo 2 - integridade ecológica de lagoas marginais a jusante da UHE de Três Marias em Minas Gerais e
359 módulo 3 - mobilização e articulação social junto à população do território do Alto Rio São Francisco. Dando
360 continuidade Flávia Mendes detalha o módulo 1. Diz que a Agência Peixe Vivo contratou o consórcio RHA –
361 Engevix para desenvolver o sistema de previsão hidrológica e hidrodinâmica que busca responder a questões
362 como: Que cheias no rio São Francisco reabastecem suas Lagoas Marginais? Como se formam as cheias na
363 bacia a jusante da UHE de Três Marias em Minas Gerais? Que vazões devem ser defluídas do reservatório da
364 UHE Três Marias que, combinadas com as vazões das sub-bacias do trecho incremental, resulte no
365 reabastecimento das Lagoas Marginais, sem produzir inundações em áreas de restrições e assegurando usos
366 prioritários da água? Diz que foi constatado que a contribuição da UHE de Três Marias será eficiente se a
367 defluência necessária for praticada com antecedência superior a cinco dias, de tal forma que o pico da cheia
368 propagada seja sincronizado com os picos das cheias nas sub-bacias da área incremental no trecho onde o rio

369 se comunica com as lagoas marginais. Explica que para isso, foi necessário o desenvolvimento de um sistema
370 de previsão de vazões, bem como a modelagem hidráulica do escoamento no trecho do rio São Francisco entre
371 Três Marias e Manga. Apresenta o cronograma de atividades da contratada; o status atual do projeto e
372 imagens das visitas de campo, ressaltando a parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF). O módulo 2 é
373 apresentado por Paulo dos Santos que diz que o estudo de integridade ecológica não será focado apenas em
374 parâmetros físico-químicos. Explica que este módulo foi dividido em 3 frentes de trabalho: I - sistema de
375 Informação, desenvolvido pela Cemig em parceria com a AXIOM, que faz a compilação do banco de dados das
376 informações ambientais para integrar de forma automatizada todos os processos e atividades desempenhados
377 pela Gerência de Meio Ambiente do grupo Cemig; II - avaliação da qualidade ecológica de lagoas marginais e III
378 - construindo a “Gestão Cidadã” das lagoas marginais. Comenta que o projeto, com duração de 4 anos, foi
379 muito afetado pela pandemia e que no momento está sendo feito um grande esforço para compilar os dados
380 levantados em campo. Apresenta a área de estudo composta por 14 lagoas marginais do rio São Francisco (2 a
381 montante e 12 a jusante); sendo que algumas estão localizadas em unidades de conservação. Descreve as
382 campanhas de campo realizadas no período seco e chuvoso; o aerolevante realizado por drone e a
383 coleta de solos, ressaltando que foram avaliados mais de 60 parâmetros físicos, químicos e biológicos por sítio.
384 Dá detalhes da metodologia aplicada para elaboração do índice de integridade ecológica e diz que ao final será
385 construída uma representação cartográfica dos índices para facilitar a visualização do que está acontecendo
386 em cada lagoa. Conclui que haverá a publicação de 2 livros, sendo um atlas com um panorama geral das lagoas
387 em aspectos fotográficos e um livro mais técnico com os resultados do índice de integridade ecológica. Além
388 disso, diz que será feito um *workshop* com uma apresentação global dos resultados. Prosseguindo, a palavra é
389 concedida a Juliana Barcelos que apresenta os resultados vinculados a ictiofauna das duas campanhas
390 realizadas nas lagoas marginais. Fala que houve um achado de 45 espécies de peixes, sendo 9 espécies
391 migradoras e 3 espécies introduzidas. Explica que a lagoa marginal é um berçário para os peixes, destacando a
392 importância da conectividade no favorecimento do ciclo reprodutivo. Apresenta as 10 espécies mais
393 abundantes nas lagoas, dando ênfase as 3 mais abundantes que são caracterizadas por preferirem um
394 ambiente lântico; não dependerem do curso de inundação para se reproduzirem e não terem especificidade na
395 hora de se alimentar, ou seja, são espécies que conseguem viver nas lagoas. Finaliza comentando sobre a
396 abundância e riqueza de espécies registradas durante as campanhas realizadas no período seco e chuvoso e
397 explicando que esses parâmetros são influenciados pelo tipo e grau de impacto antrópico; a composição
398 morfológica das lagoas e a conectividade. Novamente com a palavra, Paulo dos Santos contextualiza o
399 terceiro módulo, chamado de gestão cidadã das lagoas marginais. Fala que a Agência Detalhes foi a
400 responsável pela criação de identidade visual, materiais de divulgação e redes sociais do projeto. Explica que o
401 grupo Carta de Morrinhos está fazendo um trabalho de articulação com o IEF, comunidades ribeirinhas,
402 pescadores e sociedade para que a própria comunidade local faça o monitoramento da dinâmica da hidrologia
403 das lagoas, em especial as que se encontram no Parque Estadual Lagoa do Cajueiro e no Parque Estadual da
404 Mata Seca. Com a palavra, José Gomes de Assis explica que foi criada uma rede de comunicação dinâmica que
405 vai de Três Marias até Carinhanha, com o objetivo de monitorar a vazão e nível, contribuindo para manutenção
406 da água nos rios e nas lagoas. Destaca a importância de conhecer, mapear e compreender a área a ser
407 monitorada. Explica a dinâmica da central de processamento de dados e do repasse das informações.
408 Apresenta alguns resultados dos monitoramentos diários realizados, ressaltando, por exemplo, que a
409 navegabilidade atual do rio está melhor do que a do ano passado. Reitera a importância da conectividade entre
410 lagoas e rio para o trânsito dos peixes. Por fim, fala do trabalho socioambiental realizado com os ribeirinhos
411 que apoiam o projeto e recebem o certificado de amigos das lagoas marginais e das oficinas práticas de
412 produção de aquecedor solar com garrafas pet, também realizadas nas comunidades, que trazem uma redução
413 de 30 a 40% de energia elétrica e redução do consumo de gás de cozinha. Altino Rodrigues Neto parabeniza a
414 todos (as) pelo projeto e pergunta se existe uma previsão de quando será possível comprovar efetivamente o


415 trabalho que está sendo desenvolvido. Renato Constâncio responde que já existe autorização para iniciar a
416 operação. No entanto, explica que ainda será desenvolvido um protocolo determinando as condições
417 operativas hidrológicas e ambientais. Ressalta que não será provocada uma cheia de grandes proporções, mas
418 que será possível liberar um regime diferenciado de água da UHE Três Marias para completar o nível de
419 determinada lagoa que pode ser primordial para permitir a conectividade com o rio. Na sequência, o
420 presidente do CBHSF fala que este projeto pode ser ampliado para outras lagoas futuramente e que a equipe
421 envolvida será convidada a retornar à Plenária para apresentar a conclusão dos trabalhos. A reunião é
422 encerrada e retomada no dia 20 (vinte) de maio de 2022 às 08h30. Após a verificação do quórum, Thiago
423 Campos, Gerente de Projetos da Agência Peixe Vivo faz uma apresentação sobre **Plano Orçamentário Anual**
424 **(POA) 2021 e cumprimento das metas do Contrato de Gestão no exercício de 2021**. Inicia explicando que o
425 Contrato de Gestão nº 028/2020 trouxe alguns instrumentos inovadores, como o POA, detalhamento do Plano
426 de Aplicação Plurianual (PAP), que descreve quais atividades foram planejadas para execução em determinado
427 exercício (subações). O CG também determina que deve ser apresentada na primeira plenária subsequente ao
428 exercício a prestação de contas comparando o que foi planejado com o executado. Continua dizendo que foi
429 desenvolvido um painel interativo em *Power BI* para aumentar a transparência e permitir que os membros
430 acompanhem a execução de todas as atividades planejadas. Fala que foi feito o planejamento de execução de
431 cerca de 67 milhões em 2021, englobando as despesas finalísticas e o custeio da Entidade Delegatária (ED).
432 Deste valor, foram contratadas ações que equivalem a cerca de 53 milhões e executados 28,5 milhões. Diz que
433 muita embora o valor executado pareça pouco, trata-se do melhor resultado atingido na história do CBHSF.
434 Ressalta que a expectativa é que a execução de 2022 seja ainda maior. Diz que foram planejadas 146 subações
435 para execução e apresenta um gráfico com o *status* dessas subações (se em execução; concluídas; em licitação
436 ou não iniciadas). Demonstra um painel que detalha as subações e o respectivo valor investido ou a ser
437 investido em cada uma delas. Conclui apresentando outros possíveis filtros, como por finalidade; programa ou
438 ação do PAP; gerência responsável; dentre outros. Na sequência, Thiago Campos apresenta o resultado da
439 avaliação do cumprimento das metas do CG do exercício de 2021. Contextualiza que o CG possui 7 indicadores:
440 I - nível de organização do planejamento anual de atividades; II - nível de atendimento pela ED aos
441 encaminhamentos solicitados pelo CBH; III - índice de execução física das ações priorizada pelo CBH; IV - índice
442 de desembolso em ações finalísticas; V - índice de desembolso total; VI - taxa de administração real da ED; VII -
443 índice de cumprimento das recomendações da auditoria da ANA. Fala que para cada um desses indicadores
444 existem metas a serem alcançadas e faz os respectivos detalhamentos. Para atender ao indicador I a Agência
445 Peixe Vivo precisa propor um calendário de eventos e reuniões anuais para o CBH e acompanhar sua execução
446 após aprovação. Diz que existe uma margem de flexibilidade de 10%, ou seja, se o número de atividades
447 executadas for até 10% superior ou até 10% inferior ao planejado, a Agência Peixe Vivo recebe a nota máxima.
448 O resultado do indicador foi 104%. Em relação ao indicador II a meta era atender 80% dos encaminhamentos
449 solicitados pelo CBH e foram atendidos 91,8%. Sobre o indicador III explica que o CBHSF ainda não havia
450 priorizado ações, logo a Agência Peixe Vivo foi avaliada pelo desenvolvimento e proposição da matriz de
451 prioridades. Continua explicando que Deliberação CBHSF nº 130/2021 aprova a matriz de prioridades para o
452 período de 2022 a 2025 e que a partir de 2022 a avaliação da Agência será baseada nas entregas determinadas
453 pela matriz. Fala que os indicadores IV, V e VI possuem um peso maior no momento da avaliação e explica que
454 as ações finalísticas são todas aquelas previstas no PAP, com exceção do custeio da APV e apoio as atividades
455 do CBH, como reuniões e eventos. Fala que a meta do indicador IV era o atingimento de um índice de
456 desembolso em ações finalísticas de 15% e foram alcançados 16%. Em relação ao indicador V, diz que era
457 esperado um índice de desembolso de 18%, levando em consideração todas as ações previstas no PAP, e foram
458 alcançados 18,4%. Sobre o indicador VI esclarece que quanto menor for o gasto com custeio da Agência, maior
459 será a nota. A meta estipulada era de 14% e o resultado foi 7,5%. Destaca que a legislação estipula que de tudo
460 que o for arrecadado, 7,5% é destinado ao custeio das EDs e explica que mesmo que o resultado do indicador


461 fosse maior que 7,5% não haveria o risco de extrapolação dos preceitos legais, considerando que o indicador
462 demonstra apenas a relação entre o custeio da APV e o valor total desembolsado. Apresenta o indicador VII
463 dizendo que a meta é o atendimento de 100% das recomendações da auditoria da ANA. Fala que para esse
464 indicador foi atribuído um resultado de 60% e que mesmo a APV tendo apresentado evidências do
465 cumprimento de todas as recomendações, os membros da comissão de avaliação da ANA entenderam o
466 contrário. Conclui dizendo que a nota geral da Agência foi 9,6 em 10. Pedro Lessa pergunta se a Agência Peixe
467 Vivo possui equipe capacitada e em quantidade suficiente para atender as demandas do Comitê e Thiago
468 Campos responde que o corpo técnico da APV foi reforçado em 2021. Destaca que o Contrato de Gestão
469 estipula desafios maiores com o passar dos anos e que a Agência Peixe Vivo está em processo de melhoria
470 contínua. Hilda Bicalho pergunta se houve justificativa para a nota 9,6 e Célia Froes responde que a Comissão
471 de Avaliação do Contrato de Gestão adotou recentemente um sistema chamado E-aud e a comprovação do
472 atendimento das recomendações precisam ser lançadas nesse sistema, observando os prazos estipulados.
473 Explica que o sistema é novo, estava apresentando instabilidade e que uma informação lançada pela APV não
474 foi recebida. Ressalta que isso aconteceu também com outras Delegatárias que também entraram com
475 recurso, mas não houve mudança nas notas. Por fim, Célia Froes destaca que todas as recomendações da
476 auditoria foram atendidas. Dando continuidade, a palavra é franqueada a Jacqueline Fonseca, coordenadora
477 técnica da Agência Peixe Vivo, que inicia a apresentação sobre o **projeto de enquadramento** dos corpos d'água
478 em bacias dos rios afluentes do São Francisco na região do Alto São Francisco. Inicia explicando que o
479 enquadramento dos corpos de água é o estabelecimento de metas de qualidade da água a serem alcançadas
480 ou mantidas de acordo com os usos que a sociedade pretende realizar, no presente e no futuro. Traz
481 normativos vinculados ao processo de enquadramento como a Resolução do Conselho Nacional do Meio
482 Ambiente (CONAMA) nº 357/2008 e a DN conjunta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e
483 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) nº 01/2008 que definiram 5 classes de enquadramento,
484 sendo a especial a mais restritiva que pressupõe uma melhor qualidade da água e a classe 4 a menos restritiva
485 com condições piores de qualidade de água. Comenta que a ideia é estabelecer diferentes classes para atender
486 aos diferentes usos e destaca que as águas de melhor qualidade podem ser aproveitadas em usos menos
487 exigentes desde que não prejudiquem a sua qualidade. Fala das discussões necessárias nas etapas de
488 diagnóstico (rio que temos); prognóstico (rio que queremos); proposta de alternativa de metas e programa de
489 efetivação do enquadramento (rio que podemos). Explica que o diagnóstico faz um retrato da bacia,
490 especialmente das condições de qualidade atuais dos cursos d'água e das condições de disponibilidade e
491 demanda hídrica; o prognóstico busca informações sobre o que a comunidade da bacia almeja em termos de
492 usos da água. Ressalta que nem sempre é possível classificar todos os cursos d'água nas melhores classes para
493 não inviabilizar as atividades desenvolvidas na bacia. Diz que as metas propostas são progressivas até se chegar
494 à classe pretendida e que a última etapa do programa elenca quais ações são necessárias para que as classes
495 que foram propostas possam ser alcançadas. Lembra que o enquadramento é uma ação de extrema relevância
496 prevista no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do São Francisco (PRH SF) 2016/2025 e no PAP
497 2021/2025. Convida a professora Yvonilde Medeiros para falar sobre o debate realizado no âmbito da Câmara
498 Técnica de Planos, Projetos e Programas (CTPPP/CBHSF). Yvonilde Medeiros explica que os termos de
499 referência (TDR) para contratação dos estudos foram elaborados por uma profissional especialista em
500 enquadramento. Diz que o objetivo inicial era que os estudos abrangessem o enquadramento das águas
501 superficiais e subterrâneas, porém, tendo em vista que não há uma metodologia bem definida e existem
502 poucos dados disponíveis sobre as águas subterrâneas, foi decidido pelo aprofundamento em águas
503 superficiais, deixando a empresa contratada incumbida de propor metodologias e definir monitoramento para
504 que o enquadramento das águas subterrâneas seja realizado em outro momento. Retomando a palavra
505 Jacqueline Fonseca fala que existem 2 contratos em andamento: nº 030/2019 firmado com o consórcio
506 Ecoplan-Skill cujo objeto é a elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos e enquadramento dos corpos

507 d'água na bacia dos afluentes do Alto SF (SF1) e contrato nº 002/2021 firmado com a ENGECORPS com o
508 objetivo de elaborar proposta de enquadramento dos corpos d' água superficiais e estudo para o planejamento
509 de enquadramento das águas subterrâneas no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco (SF2 – rio
510 Pará, SF3 – rio Paraopeba e SF4 – Entorno de Três Marias). Explica que o contrato nº 030/2019 está
511 trabalhando com 2 instrumentos de gestão, enquadramento e plano diretor, considerando que a unidade de
512 planejamento e gestão dos recursos hídricos SF1 era a única no Estado de Minas Gerais que não tinha o plano
513 de diretor. Explica que o contrato chegou a ser paralisado por 6 meses em razão da pandemia, mas que agora
514 está em fase final da elaboração do plano de ação. Diz que o contrato nº 002/2021 também está em fase final e
515 que será elaborada uma proposta conceitual de um programa de monitoramento a ser implantando para gerar
516 os dados que darão subsídio para as análises necessárias vinculadas ao enquadramento das águas
517 subterrâneas. Fala que a expectativa é que no segundo semestre de 2022 sejam contratados os estudos de
518 enquadramento para o SF5 (rio das Velhas), SF6 (rios Jequitaí e Pacuí) e SF 8 (rio Paracatu). Explica que todo o
519 trabalho tem sido acompanhado por um grupo de acompanhamento técnico (GAT) composto por
520 representantes dos CBHs afluentes, do CBH Federal, do Igam e da ANA. Diz que os atores da bacia têm a
521 oportunidade de se manifestar por meio das consultas públicas e ressalta a importância da mobilização social,
522 tendo em vista que o enquadramento deve ser construído de forma negociada. Finaliza mostrando fotos das
523 consultas públicas, informando que as reuniões estão disponíveis no canal do *Youtube* criado para esse fim e
524 convidando o plenário para os próximos eventos programados. Dando continuidade Alexandre Carvalho faz um
525 relato do trabalho desenvolvido pela Ecoplan Skill. Inicia detalhando as etapas e o fluxo de procedimentos e de
526 deliberações. Diz que foram feitas reuniões específicas por grupos setoriais que puderam manifestar-se sobre
527 os seus interesses e visão a respeito do enquadramento: 1 poder público municipal, estadual e federal; 2
528 usuários de água para abastecimento público e esgotamento sanitário; 3 indústria, mineração e agropecuária e
529 4 turismo, lazer, pesca e sociedade civil. Explica que nas reuniões de todos os grupos participaram técnicos com
530 conhecimento sobre bacia. Destaca a maturidade dos participantes das reuniões realizadas no médio SF1 no
531 que diz respeito ao entendimento de que algumas classes de qualidade de água não seriam possíveis de serem
532 atingidas, tendo em vista a vazão e as condições das cargas lançadas. Fala que após as reuniões setoriais os
533 grupos se juntaram para deliberarem sobre a proposta de enquadramento. A partir disso, iniciou-se a
534 proposição de metas para atingir os objetivos, focando em propostas incrementais de tratamento de esgoto.
535 Diz que para onde havia manifestação de preferência foi realizada uma modelagem para verificar qual era o
536 estágio possível de se atingir. Apresenta os custos das medidas de efetivação do enquadramento e as
537 propostas finais com base no que foi estudado, destacando que em locais com baixa vazão e cidades com
538 maior densidade populacional o máximo que se chegou foi em classe 3. Comenta sobre os resultados das
539 simulações nos principais afluentes diretos e no trecho receptor do rio São Francisco, observando que com
540 exceção do rio Samburá e do rio Bambuí todos os outros possuem vazão muito pequena. Conclui que o
541 enquadramento proposto para o SF1 está compatível com o que consta no PRH SF. Na sequência Leonardo
542 Mitre inicia a apresentação sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pela ENGECORPS para as bacias do
543 SF2, SF3 e SF4 que possuem plano, mas não possuem enquadramento. Comenta que o estudo que vem sendo
544 desenvolvido é inovador, pois apresenta uma proposta de monitoramento e planejamento para que no futuro
545 seja feito o enquadramento de águas subterrâneas que não existe no país. Descreve os principais resultados de
546 cada um dos produtos, iniciando pelas questões avaliadas na etapa de diagnóstico: a caracterização geral da
547 bacia hidrográfica; disponibilidade hídrica superficial; identificação e localização dos usos e interferências na
548 bacia; diagnóstico das águas subterrâneas; identificação e localização das cargas poluidoras; análise da
549 condição atual de qualidade das águas na bacia; análise do arcabouço legal e institucional pertinente;
550 levantamento de políticas, planos e programas locais e regionais existentes e capacidade de investimento.
551 Apresenta uma matriz do enquadramento atualmente atendido para cada trecho das bacias e os usos
552 preponderantes mais restritivos, destacando a classe necessária, a classe atual e o parâmetro principal que

553 está elevando a classe de enquadramento, ou seja, o que precisa ser tratado prioritariamente em determinado
554 trecho (parâmetros vilões). Continua dizendo que no prognóstico foram construídos cenários possíveis de
555 crescimento para as três bacias, considerando crescimento tendencial, estagnação do crescimento, e
556 crescimento acima do esperado. Demonstra mapas ilustrando a condição de qualidade atual em horizontes
557 temporais de curto (2026), médio (2031) e longo prazo (2041). A partir dos resultados foram propostas
558 alternativas para melhorar as condições dos sistemas de tratamento de esgotos existentes; implementar novos
559 sistemas de tratamento de efluentes; implementar sistemas individuais no meio rural, dentre outras. Diz que
560 serão apresentadas duas propostas para deliberação do CBH, sendo uma mais factível e viável de ser
561 implementada e outra que segue a legislação vigente. Fala que a etapa do programa de efetivação do
562 enquadramento ainda não foi apresentada para o GAT, mas explica brevemente que o produto contém as
563 metas de enquadramento propostas; plano de investimentos; recomendações para os órgãos gestores de
564 recursos hídricos e meio ambiente; recomendações de ações educativas e de mobilização social;
565 recomendações a outros agentes públicos e privados envolvidos; propostas para adequação de planos,
566 programas e projetos; subsídios técnicos à atuação do CBH e proposta de um sistema de acompanhamento e
567 avaliação do enquadramento. Conclui que após a aprovação do produto 5 serão iniciados os trabalhos de
568 elaboração dos relatórios finais. Em razão do horário e da pauta a ser cumprida, o presidente do CBHSF
569 informa que não haverá espaço para debate. Pede que as possíveis dúvidas sejam tratadas diretamente com os
570 representantes das empresas contratadas ou enviadas para a fiscal dos contratos, Jacqueline Fonseca. Ressalta
571 os excelentes resultados que vêm sendo atingidos no Alto São Francisco são frutos do comprometimento dos
572 órgãos gestores, dos técnicos e dos CBHs afluentes. Marcelo da Fonseca agradece ao CBHSF pelo apoio na
573 implementação dos instrumentos de gestão em Minas Gerais e diz que a proposta de alteração da DN COPAM
574 nº 06/2017 que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento de corpos de água superficiais foi
575 erroneamente associada à tentativa de degradação de rios. Esclarece que, na verdade, está se permitindo que
576 os estudos que estão feitos pelas consultorias possam ser discutidos pelos CBHs. Marcus Polignano menciona a
577 preocupação com a possibilidade de reclassificação de cursos d'água de classe especial e Marcelo da Fonseca
578 reitera que não haverá a possibilidade de permitir que um rio de qualidade especial ou 1 seja degradado.
579 Explica que existem rios classificados como especial na década de 90 que se analisados atualmente serão
580 enquadrados em qualidade 3 ou 4, sem viabilidade econômica para retorno às condições iniciais. Destaca que
581 na proposta o reenquadramento só será permitido nos casos de enquadramentos aprovados antes de 2017
582 que precisam ser revistos. Dando continuidade, Maciel Oliveira faz o lançamento oficial da **Campanha do Dia**
583 **em Defesa do Velho Chico – 2022** que possui o mote “O velho Chico são muitos. Que velho Chico é você?” Fala
584 que este é o 9º ano da Campanha e que em 2020 ela recebeu o prêmio ANA que reconhece as iniciativas que
585 se destacaram pela excelência de sua contribuição para a segurança hídrica do Brasil. Comenta que algumas
586 edições da Campanha foram realizadas virtualmente em razão da pandemia do coronavírus e que em 2022
587 será possível o retorno às ações presenciais. Fala que estão sendo organizadas diversas atividades pelas CCRs e
588 pelas prefeituras municipais focadas principalmente no dia 03/06, considerado o dia em defesa do São
589 Francisco. Explica que as ações realizadas nesse dia buscam chamar atenção da sociedade para a importância
590 do rio São Francisco para o Brasil, além de criar a sensação de pertencimento na comunidade da bacia. Diz que
591 não é possível que o Comitê atue em todos os municípios, mas que as instituições e órgãos podem aderir a
592 Campanha. Por fim, convida os membros do Comitê a participarem dos eventos que irão ocorrer nas 4 regiões
593 fisiográficas da bacia e a postarem fotos com a #virecarranca. Na sequência, a palavra é franqueada ao vice-
594 presidente do CBHSF que apresenta proposta de **moção pela proteção da Serra do Curral**. Marcus Polignano
595 diz que o Comitê tem sido cobrado sobre um posicionamento em relação a mineração na Serra do Curral. Fala
596 que a Serra é um patrimônio histórico, cultural e hídrico, não só de Belo Horizonte, mas do quadrilátero
597 aquífero. Destaca que trata-se de área de recarga importante para a bacia do Velhas e para a bacia do SF e que
598 atualmente existem 2 projetos em disputa, o primeiro de tombamento integral da Serra para mantê-la com as

599 funções ambientais que ela atualmente cumpre e a segunda de um projeto minerário. Faz a leitura do texto da
600 moção e abre a palavra para debate. Hilda Bicalho manifesta-se contra a instalação do empreendimento
601 minerário, destacando os impactos com poeira, ruído, vibração e emissão particulados na região central de
602 Belo Horizonte, do Mangabeiras e do Taquaril. Marcelo da Fonseca ressalta que durante a análise não houve
603 nenhum impedimento técnico ou jurídico que motivasse o indeferimento do empreendimento. Fala que todos
604 os estudos previstos em lei foram atendidos e entende ser importante avaliar a responsabilidade do Comitê no
605 processo, questionando se o próprio sistema de recursos hídricos não estaria sendo omissos na definição de
606 áreas prioritárias. Deivid de Oliveira inicia sua explanação dizendo que o manifesto pela preservação da Serra
607 do Curral que foi mencionado como sendo do CBH rio das Velhas é na verdade um manifesto da Diretoria, pois
608 o documento não foi pautado em Plenária. Faz a leitura de uma nota da Fiemg justificando o voto favorável a
609 instalação do empreendimento durante a reunião do Copam. Fala que o voto se baseou nos documentos do
610 processo, decisões judiciais e manifestações técnicas e jurídicas dos órgãos competentes. Manifesta repúdio a
611 difamações e exposição de dados nas redes sociais dos membros do Conselho que votaram a favor do
612 empreendimento. Por fim, apresenta uma série de informações retiradas do processo de licenciamento e
613 coloca-se a disposição para prestar outros esclarecimentos. Humberto Marques fala que a prefeitura de Belo
614 Horizonte entrou com uma tutela cautelar antecedente na Justiça Federal a respeito da vulnerabilidade do pico
615 de Belo Horizonte perante a ação da mineração, tendo como base em um parecer elaborado pelos geólogos da
616 Secretária de Meio Ambiente. Márcio Pedrosa comenta que a instalação do empreendimento já foi aprovada e
617 sugere que o CBH estude as condicionantes do processo para conseguir atuar com suporte legal. Poliana Valgas
618 explica que na última plenária do CBH rio das Velhas uma conselheira provocou publicamente o Comitê sobre a
619 ausência de manifestação em relação a mineração na Serra do Curral. Foi encaminhado que o assunto seria
620 debatido na próxima plenária. Explica, porém, que no dia seguinte à plenária do CBH ocorreria a votação do
621 Copam e diante disso, a diretoria se reuniu e decidiu lançar o manifesto que é legítimo e será apreciado na
622 próxima reunião ordinária. Após conferência do quórum; discussões vinculadas ao texto e em relação a
623 legalidade da inclusão deste ponto na pauta, tendo em vista que o documento não havia sido enviado
624 previamente, a moção é colocada em votação com uma alteração proposta por Marcelo da Fonseca, e
625 aprovada com 28 votos a favor e 9 votos contra. Não havendo mais assunto a tratar o presidente do CBHSF,
626 José Maciel Nunes de Oliveira agradece a presença de todos (as), fala que a próxima plenária será realizada em
627 Recife no mês de dezembro e encerra a reunião da qual lavrou-se a presente ata.


José Maciel Nunes de Oliveira
Presidente do CBHSF


Almacks Luiz Silva
Secretário do CBHSF